

## POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA

### CULTURAL PUBLIC POLICIES AND THE LABOR MARKET IN BAHIA

Vitor Breno Rocha Oliveira<sup>1</sup>

Marcela de Oliveira Pêsoa<sup>2</sup>

1

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v6i2.18526>

**Resumo:** A cultura possui uma relação muito estreita com o Estado, de maneira multifacetada, podendo ser analisada sob várias perspectivas, entre os aspectos dessa relação nota-se as políticas públicas. O foco desse trabalho é analisar historicamente como o setor cultural se desenvolveu na Bahia, a partir das políticas públicas, buscando entender os reflexos de tais políticas na consolidação do mercado de trabalho cultural formal no estado, entre os anos de 2009 e 2019, levando em consideração a dinâmica desse setor e as especificidades do mercado de trabalho baiano. O presente estudo vem confirmar a importância da cultura para a economia baiana, demonstrando ser esse um setor com grande potencialidade de desenvolvimento na Bahia, que é um dos maiores polos culturais do país, do qual carece de um maior nível de investimentos governamentais e de políticas públicas mais efetivas do ponto de vista da geração do emprego formal.

**Palavras-chave:** Bahia; Cultura; Mercado de Trabalho; Políticas Públicas.

**Abstract:** Culture has a very close relationship with the state, in a multifaceted way, and can be analyzed from various perspectives, including public policies. The focus of this work is to analyze historically how the cultural sector has developed in Bahia, based on public policies, seeking to understand the effects of these policies on the consolidation of the formal cultural labor market in the state, between 2009 and 2019, taking into account the dynamics of this sector and the specificities of the Bahian labor market. This study confirms the importance of culture for the Bahian economy, demonstrating that this is a sector with great potential for development in Bahia, which is one of the largest cultural centers in the country, but which lacks a higher level of government investment and more effective public policies from the point of view of generating formal employment

**Keywords:** Bahia; Culture; Labor Market; Public Policies.

<sup>1</sup> Mestrando em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Graduado em Ciências Econômicas pela UESB. E-mail: vitor\_broliveira@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia Política (2016), mestra em Políticas Sociais (2012) e bacharela em Ciências Sociais (2008) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Tem experiência na grande área das Ciências Sociais, atuando nos seguintes temas: políticas públicas, desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento rural. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Estado, Sociedade Civil, Ambiente e Políticas Públicas (ESCAPP). E-mail: marcela.pessoa@uesb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5241-3064>

## 1. Introdução

A cultura é inerente a vida humana; pressuposto diferencial da humanidade em relação as demais espécies. Thompson (2011) considera cultura como o conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, juntamente com objetos e instrumentos materiais, constituintes de um grupo ou sociedade. O termo é adotado por diversas áreas do conhecimento muitas vezes distintas, como a biologia e a filosofia, sendo objeto para múltiplos campos que buscam compreender sua importância em diferentes segmentos sociais, incluindo a antropologia, as ciências naturais e a economia. Por sua vez, a relação entre a cultura e o Estado é dinâmica e complexa, caracterizada por uma interação contínua e de mútua influência. Enquanto um tipo específico de cultura dominante orienta o perfil de um estado, o Estado utiliza-se da cultura para promover a coesão social e a identidade nacional.

Todavia, a cultura, não sendo homogênea, pode servir tanto para legitimar o poder estatal quanto para desafiar e resistir a ele. Em um mundo cada vez mais globalizado, essa relação reflete as mudanças e os desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Diante deste contexto, um dos aspectos que denotam essa relação são as políticas culturais, que, hipoteticamente, visam promover a diversidade cultural e democratizar o acesso à cultura através de mecanismos como o financiamento das artes, proteção do patrimônio cultural, promoção de eventos culturais, etc.; o que acaba por influenciar, entre outras coisas, o mercado de trabalho. Certamente, as atividades culturais estimulam a diversificação econômica, mas também se conformam como instrumento de desenvolvimento (em escala nacional) pela formação de uma identidade nacional - de um projeto de desenvolvimento e dos efeitos do desenvolvimento regional/ integração territorial.

Com estas considerações, o objetivo do corrente trabalho é apresentar um levantamento teórico e histórico-bibliográfico, com vistas a sintetizar a trajetória histórica da relação entre o Estado e a cultura. Com isto, se pretende identificar o movimento das políticas culturais para a constituição do mercado de trabalho cultural formal na Bahia, considerando a riqueza desse setor no estado. A Bahia é um estado notoriamente reconhecido devido ao seu rico patrimônio histórico, pela diversidade cultural ao longo do seu território e diferencial na gastronomia, na música, danças e festas, incluindo o carnaval — considerada uma das maiores festas populares do mundo. Dessa forma, tais características vêm contribuindo para o desenvolvimento de um

mercado cultural, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e discutido por Lima (2018), o setor cultural/criativo e atividades relacionadas na Bahia, ocupavam 171 mil pessoas, representando 2,6% do total dos ocupados no estado, além de ter movimentado em 2018, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2021), R\$7,9 bilhões, correspondendo a 3,2% do valor agregado do PIB da Bahia, demonstrando a potencialidade do segmento para o estado, sendo relevante, entre outras coisas, para a arrecadação de impostos, criação de empregos e diversificação econômica.

A partir de um ponto de vista histórico, esta pesquisa primou por delinear as políticas culturais da Bahia desde a segunda metade do século XX, além de buscar compreender as particularidades do mercado de trabalho do estado. Para complementar a investigação, além da pesquisa bibliográfica e documental, foi realizado o levantamento de dados estatísticos disponibilizados pelas seguintes fontes: Ministério do Trabalho e Emprego, através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC 2007-2018 e SIIC 2009-2020); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Para delimitação dos setores que compõem a cultura, o estudo utiliza-se o Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2009-2020, do IBGE, como referencial básico. Por essa razão, o primeiro ano considerado é 2009, quando já se utilizava a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em sua versão 2.0, considerada pelo SIIC. Por sua vez, 2019 foi o último ano considerado devido a disponibilidade de dados do setor que antecedeu um período atípico que impactou significativamente o mercado de trabalho, a pandemia de SARS Covid-19.

O artigo se divide, assim, em três seções além dessa introdução. A próxima trata das dimensões da cultura e a trajetória das políticas culturais no Brasil. Em seguida, analisa-se as políticas culturais da Bahia e sua relação com o mercado, dividindo em subseções que observa o cenário do mercado de trabalho baiano, a partir dos anos 1990 e discute sobre o mercado de trabalho cultural da Bahia, entre os anos de 2009 e 2019. Por fim, são apresentadas as principais considerações acerca do estudo.

## **2. Dimensões da Cultura e a Trajetória das Políticas Culturais**

Antes de compreender a cultura no âmbito das políticas públicas, é necessário reconhecer que o conceito é amplamente utilizado nas mais diversas áreas. Segundo Canedo (2009), nos tempos atuais, a cultura é abordada em diferentes contextos e empregada em várias áreas do conhecimento, proporcionando diversas oportunidades para compreender suas múltiplas concepções. De acordo com Thompson (2011, p. 173), a cultura de um grupo ou sociedade consiste em suas “[...] crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade [...]”. Conforme os autores, a maioria das teorias sobre cultura enfatiza uma perspectiva que a relaciona aos padrões de vida característicos do grupo, o que se aproxima da dimensão antropológica da cultura.

De acordo com Laraia (2001), foi Edward Tylor quem criou a primeira definição do ponto de vista antropológico, que demonstrava que a cultura pode ser investigada de maneira sistemática. Isto porque, sendo um fenômeno com causas e padrões consistentes, possibilita um estudo objetivo e uma análise detalhada, permitindo a formulação de leis sobre os processos culturais e sua evolução. Laraia (2001) chama atenção para o período em que Tylor viveu, justificando sua perspectiva a partir do arcabouço teórico que possuía em um período no qual a Europa sentia o impacto da célebre publicação de Charles Darwin, “Origem das espécies”, e que a emergente antropologia estava marcada pela visão restritiva do evolucionismo unilinear.

Nesse sentido, Botelho (2001) estabelece uma discussão a respeito das dimensões da cultura. Para a autora, a separação da dimensão sociológica e antropológica é de grande relevância, pois tem influenciado as políticas de investimento governamental em várias nações, na medida em que alguns países adotam uma visão ampla de cultura, enquanto outros focam exclusivamente nas artes como alvo de suas ações. Dessa forma, na dimensão antropológica, a cultura surge da interação pessoal entre as pessoas, do qual desenvolvem suas maneiras de pensar e sentir, criam seus sistemas de valores, lidando com suas identidades e diversidades. Já, para a autora, a dimensão sociológica abarca uma variedade de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas (Botelho, 2001). Isso lhe confere grande notoriedade, constituindo um domínio que influencia ou é influenciado por um circuito organizacional, tornando-o foco de atenção das políticas públicas culturais, ficando o plano antropológico preterido (Botelho, 2001). Segundo Canedo (2009), há o perigo de uma



concepção limitada sobre cultura, focalizada em obras e práticas artísticas, na atividade intelectual e de entretenimento, entendidas, essencialmente, como atividades econômicas. Portanto, uma abordagem que ignora aspectos da vida diária do indivíduo, focalizando nos aspectos econômicos.

Ao problematizar o universo das políticas públicas, Botelho (2001) destaca o desafio para que a cultura, em sua dimensão antropológica, seja alcançada visando a “[...] reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos” (Botelho, 2001, p. 74); ou seja, um processo que dependeria de mudanças radicais. Já em sua dimensão sociológica, a autora destaca que a dinâmica desse circuito organizacional é responsável por impulsionar a criação, disseminação e consumo de produtos simbólicos, que são as expressões culturais como arte, música, literatura, entre outros, reconhecidos e valorizados pela sociedade em geral. Dessa forma, facilitando que sejam planejadas intervenções com vistas a alcançar resultados que possam ser previstos. Compreendendo as dimensões culturais e seus reflexos para a formulação de políticas públicas, vale salientar que o papel do Estado não deve ser o de determinar, dirigir ou controlar a produção cultural, mas, sim, o de criar políticas públicas que promovam o acesso, divulgação e desenvolvimento cultural (Simis, 2007). De acordo com Simis (2007), isso inclui tanto políticas que incentivem a produção cultural quanto aquelas que garantam os meios para tal, pois a democracia implica na liberdade do cidadão expressar sua visão de mundo em todas as suas formas.

Em análise histórica, nota-se que a dimensão política da cultura foi por muito tempo negligenciada nas discussões sobre desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, não priorizada nas políticas públicas. Manifestações culturais sempre foram ações políticas, como remetem as experiências da semana de arte moderna de 1920 ou do manifesto regionalista de Gilberto Freyre; todavia, relegadas à margem do pensamento econômico. De acordo com Carvalho e Nóbrega (2012), correlacionar cultura e desenvolvimento é algo, relativamente, novo. Os autores explicam que historicamente, a cultura tem sido associada a aspectos tradicionais de uma sociedade, como suas expressões artísticas, tradições e relações sociais, que serviam para manter a coesão e preservar o modo de vida existente, impedindo assim mudanças e, conseqüentemente, o progresso. Todavia, a partir dos anos 1980, teria ocorrido uma mudança nesse paradigma, com importantes organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), incorporando o núcleo cultural em suas agendas. Isso





inclui o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas instituições passaram a reconhecer a relevância da cultura não apenas em termos sociológicos, mas também como fator fundamental para abordar questões como a redução da desigualdade e o avanço da educação (Carvalho; Nóbrega, 2012).

Nessa perspectiva, Lima (2018) destaca que no Brasil, o tema começou a receber mais atenção a partir de 2004, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em São Paulo. Nesse evento, houve um painel dedicado à análise dos impactos nos países em desenvolvimento do que se convencionou chamar como “indústrias criativas”<sup>3</sup>. Sob a administração de Lula da Silva (2003-2010), teria se operado significativa mudança na percepção da cultura, que deixou de ser considerada apenas em termos sociais passando a ser analisada também sob uma ótica econômica com um maior esforço para quantificá-la. Conforme enfatiza Porta (2006), o governo Lula buscou fortalecer o setor cultural brasileiro por meio da colaboração entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do qual visava consolidar dados sobre a cultura e criar políticas públicas mais eficazes para o segmento. Além disso, o governo estabeleceu parcerias com instituições de pesquisa federais para promover a chamada Economia da Cultura. Adicionalmente, como observa Lima (2018), foram criadas a Diretoria de Economia da Cultura no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura. Houve também esforços por parte dos governos estaduais, municipais e do setor privado para explorar o vasto potencial econômico da cultura no contexto brasileiro utilizando-se da janela de oportunidade advinda da conjuntura.

Na visão de Simis (2007), o governo Lula representou uma mudança significativa na política cultural, pois ao pensar em cidadania, considerou a diferença como atributo do ser humano enquanto indivíduo, “[...] mas em que todos, sem distinção, tenham direito aos benefícios, pois enquanto cidadãos, todos são iguais, ao menos perante a lei e com relação a

---

<sup>3</sup> O termo se refere às atividades econômicas que produzem conteúdos simbólicos e são geradoras de direitos autorais. Nos anos 1990, a expressão “indústria criativa” começou a ser utilizada e difundida no âmbito das políticas públicas, como uma nova especificação aplicada ao setor cultural, abrangendo atividades culturais tradicionais, enquanto destaca o papel da arte e da cultura na promoção da inovação e crescimento econômico (Lima, 2018)



certos direitos estabelecidos como fundamentais” (Simis, 2007, p. 11). Dessa maneira, expressões culturais que estavam historicamente desassistidas, passaram a ser consideradas nos debates. Esse novo cenário surgido a partir do primeiro governo Lula contrasta com o demonstrado por Machado (1984), sobre o Brasil do início da década de 80. Para ele, não havia uma política cultural com característica de “comando centralizado”, metas definidas e resultados aferidos, assim como sempre ocorreu com a política econômica; por exemplo, o que existia eram políticas culturais, destacando-se pelo uso do termo no plural para ratificar que eram políticas dispersas, pouco efetivas, além de estarem fora de uma agenda unificada de política pública.

Fica evidente que o início dessa nova fase das políticas culturais no Brasil, foi marcado pela preocupação que o governo passou a ter em mensurar os dados da cultura buscando mobilizar o potencial desse segmento como propulsor do desenvolvimento desde a base de realidades locais; inserindo, com isto, a lógica e a metodologia econômica no segmento cultural. Ou seja, as mudanças ocorridas mostram que “[...] a política deixou o balcão e se tornou pública e cultural, ao formular projetos e incentivar o desenvolvimento cultural, articulando relações dentro e fora do governo [...]” (Simi, 2007, p. 12). Diante disto, a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura foi um marco na história das políticas culturais do país, pois, conforme indica Rubim (2014), consoante ao apresentado anteriormente, três tradições foram enfrentadas: as ausências, os autoritarismos e as instabilidades, que marcaram historicamente as políticas culturais brasileiras. Percebe-se tal movimento no desenvolvimento de políticas públicas culturais em um contexto democrático, tendo como exemplo o Plano Nacional de Cultura, a criação do Sistema Nacional de Cultura e a promoção de programas, como o Pontos de Cultura (Rubim, 2014).

### **3. As Políticas Culturais da Bahia e sua relação com o mercado**

A Bahia possui um potencial cultural reconhecido nacional e internacionalmente, por dispor de uma notável diversidade nesse segmento. É um dos maiores estados do país e o desenvolvimento de seu setor cultural não fugiu ao ocorrido em nível nacional, vivendo um extenso hiato temporal sem políticas públicas culturais significativas. A realidade é que o segmento ficou de fora dos debates centrais sobre desenvolvimento, valendo salientar que a



Bahia é um estado marcado por uma grande desigualdade socioeconômica, com graves resultados nos indicadores de educação, saúde, emprego etc. (Rubim, 2014).

Nos anos 1960, foram observados alguns esforços por parte do governo estadual em relação à cultura. Durante o mandato de Luís Viana Filho, foi estabelecido o Departamento de Ensino Superior e da Cultura, vinculado à Secretaria de Educação, com o objetivo principal de ampliar a presença de bibliotecas no interior do estado. Além disso, destaca-se a restauração realizada por Antônio Balbino no Teatro Castro Alves, um dos principais espaços culturais da Bahia. Também nesse período, foi criado o Conselho Estadual de Cultura em 1967, sendo o primeiro órgão responsável pela formulação de políticas culturais no estado (Azevedo, 2015). Outra importante iniciativa nos anos 60, a abertura do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM) no governo Juracy Magalhães (1959-1963) (Lima, 2011); mas, todas experiências situadas estritamente no marco de uma cultura sociológica pouco abrangente, conforme anteriormente discutido.

Conforme Uchôa (2006 *apud* Lima, 2011), em 1967, um novo órgão foi estabelecido com o intuito de preservar o patrimônio cultural na Bahia, tendo o turismo como um de seus principais objetivos desde o início: esta entidade foi denominada Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, também conhecida na época como Fundação do Pelourinho. Seus primeiros esforços foram direcionados para a restauração social e arquitetônica do centro histórico da cidade, transformando-o em um local de interesse para o turismo cultural, conforme indicado por registros históricos da época. Lima (2011) ainda destaca que no ano de 1972, durante a primeira gestão de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975) como governador, surgiu a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), um órgão relevante no cenário das políticas culturais estaduais. Contudo, somente em 1974, após a finalização do estatuto, é que a FUNCEB iniciou suas atividades. Nesse período, ressalta a autora, a política cultural baiana já demonstrava instabilidade, percebido, por exemplo, com as inúmeras trocas de diretores da fundação. Desse modo:

Todo esse terceiro momento cultural é marcado pelo êxodo de boa parte dos intelectuais e artistas que compuseram o período de renovação cultural ocorrido nos anos 50, além da afirmação e ampliação da lógica de indústria cultural, iniciada no momento anterior, como elemento estruturante do campo cultural do estado. O movimento de resistência ficou por conta de poucas iniciativas, das quais merecem ser destacadas o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), dirigido por Rolland Schaffner; a Jornada de Cinema de Guido Araújo e o Teatro Vila Velha, comandado por João



Augusto. Só na metade dos anos 70, é que começamos a ver em Salvador um importante movimento de reafirmação, promovido pelos grupos afro-carnavalescos, que buscam promover no carnaval valores estéticos e políticos ligados a origem étnica, que vão ser responsáveis pelo ressurgimento cultural da Bahia em todo o país (Lima, 2011, p. 7-8).

Ainda de acordo com Lima (2011), durante o segundo mandato de Antônio Carlos Magalhães, houve a incorporação dos bens e serviços simbólicos à indústria cultural e de entretenimento, dando forma a uma economia voltada para o lazer. Nessa fase, a FUNCEB voltava-se para atividades direcionadas à “valorização da identidade cultural baiana”, que naquele momento priorizava o que seria a identidade do Recôncavo, com o intuito de dinamizar as atividades culturais, promovendo cursos, seminários e oficinas, além de investimentos na preservação do patrimônio cultural (Lima, 2011). Percebe-se, ainda, a mudança ocorrida no Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB), surgido em 1969, que passou a ser fundação no governo de João Durval Carneiro (1983-1986), governador alinhado ao carlismo, e que construiu sete equipamentos culturais no interior do estado, buscando promover a circulação cultural, sendo eles: Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana) (Lima, 2011).

Como referido anteriormente, a partir dos anos 1980, houve uma mudança na percepção da cultura, passando a ser reconhecida como “[...]fator indispensável para o aprimoramento humano, a coesão social, a diminuição das desigualdades, o progresso educacional, por intermédio de iniciativas de grandes organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento [...]” (Carvalho; Nóbrega, 2012, p. 129). Notadamente, a ação de organismos internacionais teve expressivos desdobramentos no contexto nacional. No que diz respeito a realidade baiana, a primeira secretaria especializada em assuntos específicos a cultura, apesar de ter sido inaugurada no governo de Waldir Pires em 1987, foi desfeita no mandato seguinte, do qual assumiu o cargo de governador da Bahia, pela terceira vez, Antônio Carlos Magalhães (ACM) em 1991. Naquele momento, segundo Lima (2011b), ACM iniciou uma nova política cultural, passando a associar a cultura com o turismo, recondução que permaneceria no governo de Paulo Souto (1995-1999). Este foi responsável por criar a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) em 1995, unindo de forma inédita no país, as duas pastas. Essa nova estratégia



tinha como principal objetivo “[...] promover a modernização cultural e turística do Estado com o propósito de transformar a Bahia em lugar identificado ao consumo cultural, inserindo-a assim no mercado global de bens simbólicos” (Lima, 2011b, p. 47). Balanco (2005 *apud* Lima, 2011b) explica que o principal motivo para tal união é que, antes de ser pensada como forma de transformação social, a cultura era reduzida apenas aos aspectos econômicos e subjugada a fortalecer o turismo. Vieira (2006) também observa que a gestão estadual começou a alterar o enfoque das políticas culturais e do turismo a partir de 1995, passando a associar mais fortemente a cultura aos interesses econômicos. A autora destaca que isso se deveu à crescente importância da temática nos debates de organismos internacionais de renome que levou o governo estadual a redefinir seu papel em relação à cultura, incorporando-a como parte integrante do desenvolvimento econômico, inclusive como estratégia política (Vieira, 2006).

Já no curso da perspectiva cultural aventada pelos governos Lula I e II, a partir de 2007 houve uma mudança significativa na abordagem das políticas culturais na Bahia, com a separação entre a pasta da cultura e a do turismo no início do mandato de Jaques Wagner. Esse fato marcou uma nova direção na gestão das políticas públicas culturais no estado; transformação evidenciada pela documentação da Secretaria de Cultura (2014, p. 6) que avaliou sua implementação de 2007 a 2014, concebendo que:

As políticas culturais desenvolvidas desde então têm como seu horizonte a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, a participação na construção das políticas culturais, a ampliação da cidadania e dos direitos culturais, além de buscar a mudança dos valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de novos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de equidade, de paz e de respeito à diversidade cultural, social, religiosa, étnica, etária, de gênero e de orientação sexual, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento.

É fato que as políticas culturais foram reconduzidas com a nova gestão, que demonstrava preocupação maior com o segmento cultural, todavia, vale ressaltar que por ser um documento de uma secretaria do governo, carrega consigo aspectos de uma propaganda governamental. As políticas culturais passaram à uma direção mais democrática, inseridas em um debate político e social ampliado, mas os problemas históricos concernentes ao setor, já discutidos anteriormente, demonstram-se como grande desafio, colocando a construção dessa “cultura cidadã” em um horizonte ainda distante.



Algumas instâncias culturais com significativa importância para a economia baiana passaram a ser consideradas pelo poder público, dentre elas, nota-se o setor audiovisual. A produção cinematográfica ganhou destaque entre os conteúdos audiovisuais baianos, recebendo especial atenção do governo do estado, que começou a planejar políticas voltadas ao audiovisual através do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB, alinhando-se com a perspectiva adotada pelo Ministério da Cultura desde 2003. Essa estratégia buscava ampliar os recursos desse segmento criando duas linhas de crédito pela Desenhahia para favorecer os empreendimentos do setor, denominadas CrediFácil Cultura Fixo e CrediFácil Cultura Giro (Miguez; Loiola, 2010). Atualmente, os principais mecanismos de financiamento do setor são o Fundo de Cultura, o Fazcultura e o Calendário das Artes - que premia pequenos projetos. Todos estão vinculados à Secretaria de Cultura (Secult), cujo principal agente de fomento é a Diretoria de Audiovisual da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Dimas/Funceb), que é responsável pela administração dos editais de audiovisual lançados pela Secult/BA além de gerenciar duas salas públicas de exibição e a Cinemateca da Bahia (Virgens, 2021). Lima (2018) ressalta que a produção audiovisual na Bahia se destaca não apenas pelas produções regionais de curtas e longas-metragens, mas também por atrair inúmeros projetos externos, devido às paisagens, histórias e patrimônio do estado.

Vale destacar a importância das ações governamentais para o setor cultural, que institucionalizam a dimensão econômica da cultura por meio da Lei Orgânica da Cultura e do Plano Estadual de Cultura (Lima, 2018). Esses instrumentos são fundamentais para a gestão cultural e representam um avanço significativo para o setor em termos de geração de emprego, renda e recurso simbólico. Além disso, de acordo com a Secretaria de Cultura, o Bahia Criativa desempenha um papel crucial como escritório público, atendendo a profissionais e empreendedores do setor criativo, oferecendo qualificação em gestão e sustentabilidade econômica dos projetos, proporcionando consultorias, assessoria técnica e capacitação profissional (SecultBa, 2021).

Fica evidente que, através de políticas públicas, a Bahia passou a aproveitar-se gradativamente de sua riqueza cultural como fomento para seu desenvolvimento socioeconômico. Todavia, nota-se a partir dos dados do SIIC 2007-2018 e 2009-2020 que foi também uma das Unidades da Federação que mais reduziram, em valores absolutos, os investimentos públicos em cultura, saindo de 8,6% em 2011, para 6,9% em 2019. Acompanhou

o mesmo movimento de São Paulo e Rio de Janeiro, e esse decréscimo se iniciou em 2016, intensificando-se em 2017 e 2018 (IBGE, 2019). Vale destacar que o referente período foi marcado por grandes incertezas políticas no país, em que a economia brasileira registrou baixíssimas taxas de crescimento; inclusive taxas negativas do PIB em 2015 e 2016, não ultrapassando 2% em 2017 e 2018, conforme dados do IBGE. Entretanto, comparado com outros estados, mesmo com a redução, a Bahia permaneceu como um dos estados com a maior participação percentual nos gastos estaduais em cultura, junto ao Distrito Federal e São Paulo; o que pode parecer contraditório, mas revela que o problema no corte de investimentos no segmento cultural se amplia quando observa-se o panorama dos outros estados do país.

Esses dados evidenciam a relevância do setor cultural para a dinâmica econômica da Bahia, além de confirmar que as políticas públicas realizadas vêm elevando o número de pessoas nele formalmente ocupadas, contudo, conforme destaca Lima (2018), há ainda muito potencial para ampliar a participação das atividades culturais na economia. É perceptível que a participação do estado está permitindo que o setor cultural e criativo revele sua capacidade, tornando-se cada vez mais crucial para o desenvolvimento socioeconômico baiano.

### **3.1. O cenário do mercado de trabalho baiano a partir dos anos 1990**

Levando em consideração o processo de industrialização ocorrido na Bahia como estratégia para se desenvolver na segunda metade do século XX, observa-se que o estado chega aos anos 1990 com o mercado de trabalho alinhado ao restante do país, que estava passando por uma desregulamentação das relações trabalhistas, como parte da agenda neoliberal implementada pelo então presidente Fernando Collor de Mello (Mesquita, 2005). A proposta do governo Collor tinha como objetivo controlar a inflação, abertura comercial para ampliar a competitividade, privatizar grandes empresas estatais, desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, controle dos gastos públicos, tendo como resultado a redução do papel do Estado (Souza; Oliveira, 2003), conforme as orientações do Consenso de Washington, de 1989. Além do desdobramento dos impactos das políticas nacionais na Bahia, como observado por Rodrigues (2008), o estado também aderiu ao modelo de acumulação flexível, que é caracterizado pelo sistema de produção introduzido pelo toyotismo, resultando em consequências significativas para seu mercado de trabalho. Tais consequências exacerbaram problemas estruturais já existentes, como a alta incidência de trabalhadores sem registro formal,

atuando como autônomos, sem remuneração, na economia informal e na produção para consumo próprio. Nesse contexto, Mesquita (2005) argumenta que a flexibilização das relações de trabalho, vista como uma estratégia para aumentar o número de empregos no Brasil, não teve o efeito desejado na promoção do emprego formal na Bahia. Pelo contrário, resultou na piora das condições de trabalho, inclusive para os trabalhadores mais qualificados, especialmente no que diz respeito aos salários e à estabilidade no emprego.

A concentração da indústria baiana nos setores de bens intermediários, também influenciou na alocação da mão de obra. Conforme aponta Souza (2007), o modelo de desenvolvimento adotado pela Bahia, que optou por se concentrar na fabricação daqueles bens, requer tecnologia intensiva, o que resulta em uma capacidade reduzida de absorção de mão de obra. Ou seja, a atividade econômica - indústria de transformação - que gera produto com maior valor agregado, contribuindo de forma significativa para o PIB do estado, nem sempre é a que oferece mais oportunidades de emprego.

Nessa perspectiva, discorre Rodrigues (2008) que, essa nova abordagem na organização e gestão do trabalho, em que o aumento da produtividade coincidia com a diminuição da mão de obra, teve um impacto negativo e enfraqueceu o setor industrial. Além disso, Souza (2007) destaca que um fator crucial para entender por que o crescimento da indústria não resultou em mais empregos, é o fato de que a economia nacional foi suprida com produtos importados a preços competitivos devido à abertura econômica, o que incentivou os consumidores locais a preferirem tais produtos, levando os nacionais a perder espaço no mercado. Exemplo dessa situação foi a contração da produção da indústria de transformação baiana em 8,9%, em 1991, recuperando-se somente a partir da segunda metade daquela década, quando passou a obter taxas positivas de crescimento.

Menezes (2000) analisado por Souza (2007), observa que após a introdução do Plano Real, a economia da Bahia cresceu devido à diminuição da inflação e ao aumento do consumo das famílias. Como resultado, durante os anos 2000, houve uma redução do desemprego no estado, acompanhando a tendência nacional. No entanto, essa diminuição foi modesta e o desemprego permaneceu significativo, indicando ainda, um mercado de trabalho desestruturado (Silva Filho; Queiroz; Clementino, 2012). Conforme destacado por Silva Filho, Queiroz e Clementino (2012), é fundamental considerar além da taxa de desemprego, a qualidade do emprego gerado, pois isso reflete o grau de formalização da mão de obra na economia estadual.



Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mencionados pelos autores, mais de 70% dos empregos entre 2001 e 2008 eram informais, o que implica em uma grande vulnerabilidade, evidenciando a carência de sindicatos robustos no estado e a ausência de políticas públicas direcionadas para modificar o quadro nas regiões mais suscetíveis ao aumento da informalidade.

A partir do primeiro governo Lula da Silva, houve uma mudança na abordagem das políticas nacionais relacionadas ao trabalho. A partir de 2006, o governo implementou uma política de valorização do salário mínimo com reajustes acima da inflação, o que resultou, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2019), em um aumento real do salário mínimo do país em mais de 70% entre março de 2004 e janeiro de 2019. Vale salientar que tal política não se tratou apenas de uma estratégia de elevação do salário mínimo com objetivo de recompor as perdas ocorridas no período de alta inflação, mas fortalecer o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, em especial dos trabalhadores no setor de serviços e gerar efeitos na economia informal.

Além da valorização do salário mínimo, houve um conjunto de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia, como a política de crédito, o aumento do investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, teve o objetivo de mobilizar a capacidade de investimentos na estrutura produtiva do país, já a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) buscou retomar a política industrial, tecnológica e de comércio. Foram implementadas ainda medidas com enfoque no avanço social, como o aumento nas transferências de renda e a já citada elevação do salário mínimo.

Esses três pontos - a valorização do salário, a recuperação dos investimentos e o aumento das transferências - possuem fundamental importância quando analisados conjuntamente, pois funcionaram como uma engrenagem, gerando efeitos no crescimento e na distribuição de renda nesse período, permitindo compreender melhor as modificações e as condições que se estabeleceram no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 2000.

Em relação a Bahia, comparando-se a situação do mercado de trabalho nos anos 2000, nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, e 2010, quando se finda o último governo Lula, discorre publicação da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte:



Em 2000, o mercado de trabalho da Bahia era formado por cerca de 4,6 milhões de ocupados e por aproximação de um milhão de desocupados, totalizando uma PEA em torno de 5,6 milhões de pessoas. Em 2010, houve crescimento absoluto dos ocupados para cerca de 5,8 milhões e redução dos desocupados para quase 714 mil pessoas. Conseqüentemente, a ampliação do mercado de trabalho baiano de 5,6 milhões para 6,6 milhões de pessoas, foi determinada pelo incremento de cerca de 942 mil novos ocupados (Bahia, 2013, p. 16).

Durante esse período, houve um aumento significativo no número de trabalhadores com empregos formais na Bahia indicando um crescimento desse mercado. Santos, Pereira e Souza (2021) destacam que a formalização do emprego passou de 28,5% para 35,3% da população ocupada no estado. Essa tendência positiva também foi refletida no aumento do rendimento médio real dos trabalhadores, que cresceu 18,3%, resultado tanto da política de valorização do salário mínimo quanto do desenvolvimento do mercado formal. No entanto, apesar dessa melhoria na composição do mercado de trabalho, o setor informal ainda permaneceu consideravelmente significativo, representando 44,6% do total de ocupados em 2010; correspondendo a 22% sem carteira assinada e 22,6% trabalhando por conta própria. Esse cenário revela o problema estrutural persistente no mercado de trabalho do estado. Conforme apontam os autores, diante destas informações, vê-se que a Bahia seguiu acompanhando a tendência do mercado de trabalho nacional com a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas do país reduzindo de 12,4% em 2003 para 4,8% em 2014. Paralelamente, o rendimento médio real dos trabalhadores cresceu aproximadamente 33,1%. Outro indicador importante que demonstra melhorias no mercado de trabalho nacional, conforme discutido por Santos, Pereira e Souza (2021), é a taxa de formalização do emprego, que aumentou de 42% em 2002 para 56% em 2014. Além disso, a participação do emprego informal no PIB também diminuiu, caindo de 21% em 2003 para 16% em 2013.

Alinhado nesse sentido, Sousa Filho *et al.* (2019, p. 327) mostra que a redução da desigualdade de renda na Bahia foi atribuída a mudanças estruturais e macroeconômicas que visavam a estabilização econômica, além da “[...] valorização real do salário mínimo, o aumento das transferências governamentais, às alterações no mercado de trabalho com o crescimento do número de ocupados e criação de postos de trabalhos formais”, reconhecendo, assim, a relevância da formalização do emprego e de políticas que valorizem o trabalho, devido aos efeitos positivos que geram na economia. No entanto, as mudanças implementadas durante o

segundo mandato da presidente Dilma Rousseff na política econômica agravaram a recessão, impactando significativamente o mercado de trabalho em todo o país.

Durante os anos anteriores a 2015, a política fiscal nos governos de Lula e Dilma, atuou direcionada a garantir a geração de emprego, com aumentos nos salários reais. Durante o governo Dilma, especificamente, a política do desemprego foi intensificada, atuando no conflito distributivo, com uma política monetária orientada por uma estratégia pró-desenvolvimento, conforme destaca Dweck e Teixeira (2019). Segundo os autores, a redução do superávit primário que marcou esse período, foi causada principalmente pela queda na arrecadação, e não pelo aumento dos gastos, como divulgado pelos economistas, majoritariamente, ortodoxos e difundido pela grande mídia. Em 2015, na tentativa de recuperar o equilíbrio fiscal, houve um corte de despesas que, em vez de solucionar o problema, agravou a desaceleração econômica, resultando em uma arrecadação ainda menor, caracterizando um ciclo negativo.

Dweck e Teixeira (2019) destacam algumas peculiaridades desse período, que culminaria na crise econômica enfrentada pelo Brasil, apontando que o aumento da dívida pública não seria resultado de um crescimento acelerado dos gastos correntes, mas sim da elevação da dívida bruta e líquida como proporção do PIB, impulsionada pelo aumento das despesas com juros, incluindo *swaps* cambiais, e pela desaceleração da economia, evidenciando que a piora das contas públicas foi consequência da queda do PIB e do crescimento dos encargos financeiros, e não de um suposto descontrole nos gastos governamentais.

Como é sabido, a crise econômica, aliada à crise política, culminou no *impeachment* em 2016. Com a posse de Michel Temer, adotou-se uma política econômica de ortodoxia liberal como projeto, com um conjunto de medidas que visavam reestruturar a economia brasileira para retomar o desenvolvimento, caracterizada por uma agenda política que priorizava cortes no orçamento e reformas nas relações de trabalho vigentes, atuando como mudanças estruturais e institucionais; o que intensificou a precarização do mercado de trabalho. Na Bahia, o PIB estadual retraiu cerca de 7,3% entre 2015 e 2019, resultando em uma diminuição do número de empregos no estado e fragilizando ainda mais o mercado de trabalho (Santos; Pereira; Souza, 2021). Segundo dados da PNAD Contínua, divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), no quarto trimestre de 2017, a taxa de desocupação atingia aproximadamente 15% da força de trabalho ativa, totalizando 1,083 milhão de



indivíduos. Já em 2018, essa taxa subiu para 17,4%, afetando cerca de 1,258 milhão de pessoas. Nesse contexto, a Bahia apresentou uma taxa de desocupação superior à média nacional (11,6%) e à média do Nordeste (14,4%) no último trimestre de 2018. Além disso, em relação ao rendimento médio real de todos os trabalhos, observou-se na Bahia uma redução de 2,3% em comparação com o mesmo período de 2017.

### 3.2 O mercado de trabalho no setor cultural da Bahia (2009-2019)

Trazemos como referencial básico para delineamento dos setores que compõem a cultura a publicação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC)<sup>4</sup> realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta fonte desempenha um papel significativo, uma vez que contribui com a organização e mensuração dos dados culturais do país. A publicação utiliza o Marco Referencial para as Estatísticas Culturais da UNESCO, de 2009, que indica a construção de estatísticas culturais a partir das atividades relacionadas à produção, difusão e usos da cultura. Essas atividades, conforme esclarece o IBGE (2019), servem para estimar a dimensão econômica das atividades culturais utilizando-se de nomenclaturas para classificações análogas aos critérios internacionais e que se baseiam em categorias com o objetivo de quantificar as atividades, bens e serviços culturais gerados ou não, por processos industriais.

Assim, as publicações do SIIC 2007-2018 e 2009-2020 são utilizadas no presente trabalho. Porém, o SIIC 2009-2020 será utilizado como parâmetro no que tange a definição das atividades econômicas ligadas à cultura descritas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), de forma que o primeiro ano considerado foi 2009, pelo recorte temporal da publicação do SIIC. Assim, foram consideradas 33 classes do CNAE 2.0, para fins de análise dos dados do mercado de trabalho na Relação Anual de Informações Sociais, escolhidas por comporem a análise do SIIC e por estarem mais diretamente associadas à cultura.

---

<sup>4</sup> O SIIC reúne informações de várias pesquisas realizadas pelo IBGE, para a construção dos indicadores e de uma base consolidada de dados relacionados ao setor cultural. De acordo com o IBGE (2019), como fonte para as informações sobre produção de bens e serviços culturais, a publicação utiliza as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e as pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços – PAS). Já para identificar os gastos governamentais e das famílias relacionados à cultura, utilizou-se dados da Secretaria do Tesouro Nacional e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).



De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, discutidos por Gottschall (2022), a economia criativa<sup>5</sup> no estado movimentou R\$ 6,6 bilhões em 2019, correspondendo a 2,6% do valor agregado do PIB baiano, frente aos R\$ 7,9 bilhões movimentados em 2018, que representaram 3,2% do PIB do estado (SEI, 2021). Vale ressaltar que o segmento criativo abrange as atividades culturais, mas é mais amplo, englobando os setores que utilizam a criatividade como matéria-prima; o que nem sempre agrega valores culturais, como a área de tecnologia da informação, por exemplo.

Dessa forma, analisando a participação média dos domínios culturais no valor agregado do PIB da cultura no ano de 2019 — divisão adotada pela SEI de acordo com o Manual Metodológico para Indicadores UNESCO de Cultura e Desenvolvimento -, conforme Gottschall (2022), 62% corresponde a atividades relacionadas ao segmento criativo, com destaque para a gastronomia, a tecnologia da informação, além dos serviços de arquitetura e design. Por sua vez, 25% correspondem a atividades culturais, do qual as festas e celebrações lideraram a geração de valor agregado, mas valendo o destaque também para o audiovisual, com ênfase para a televisão aberta e o rádio, além do mercado artístico e editorial. Por fim, 13% diz respeito a criações funcionais, do qual se encontra os serviços de bases culturais, com maior destaque para a publicidade, que, em média, constituiu 60,0% do Valor Adicionado (VA) total desse subgrupo.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, divulgados pelo IBGE e analisados por Lima (2018), o setor cultural/criativo e atividades relacionadas na Bahia, ocupavam 171 mil pessoas, representando 2,6% do total dos ocupados no estado. Levando em consideração dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) referentes ao período 2007 – 2018, também divulgado pelo IBGE (2019), em 2007 a Bahia possuía cerca de 38.240 pessoas ocupadas assalariadas no mercado formal cultural, elevando para 40.451 pessoas ocupadas, em 2017. Esse dado contrasta com o anteriormente apresentado por Lima (2018) por questão metodológica, pois a PNAD considera os empregados

---

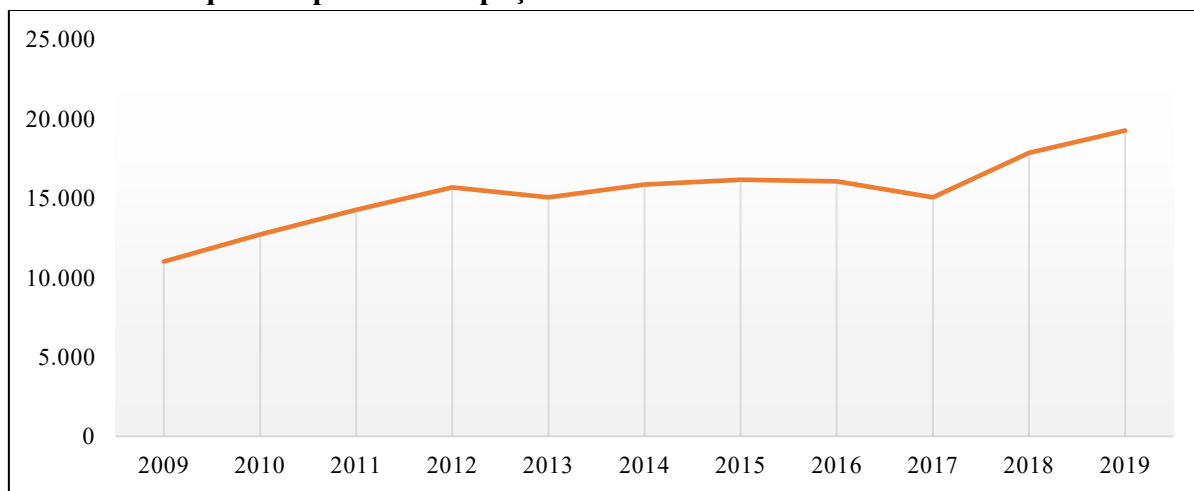
<sup>5</sup> Por ser um debate relativamente recente e pelas discordâncias dos estudiosos, não há uma definição consensual de Economia Criativa no meio científico, cada autor atribui sua perspectiva individual ao conceito, estando-o, portanto, em evolução, bem como suas formas de mensuração e especificação. David Throsby, em 2001, nas discussões sobre as indústrias criativas, refere-se a cultura nesse contexto, nas palavras de Reis, como “produtos e serviços culturais que envolvem criatividade em sua produção, englobam certo grau de propriedade intelectual e transmitem significado simbólico” (REIS, 2008, p. 21). Discussão mais aprofundada em: REIS, A. C. F. (Org.). **Economia Criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Garimpo de Soluções/Itaú Cultural, 2008, 266 p.



registrados, não registrados e os trabalhadores independentes. De todo o modo, ambos levam a concluir que a dimensão do trabalho informal nesse setor, na Bahia, também é bastante expressiva. Levando em consideração a discussão ora apresentada, observamos abaixo, a fim de contraste, a dinâmica do mercado de trabalho cultural a partir do cruzamento de dados primários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) segundo o recorte temporal previamente escolhido e já justificado.

Analisando-se primeiramente o número de trabalhadores ocupados na cultura, durante o período, segundo os dados da RAIS, as 33 classes do CNAE 2.0 empregavam juntas na Bahia o equivalente a 11.005 pessoas em 2009. Já em 2019 esse número cresceu para 19.259 pessoas formalmente empregadas. Trata-se de crescimento pouco expressivo em termos absolutos, no entanto é preciso considerar a trajetória do emprego ao decorrer do período. O Gráfico 1 ilustra a dinâmica do mercado de trabalho nessas classes entre 2009 e 2019.

**Gráfico 1 – Número de ocupados no mercado de trabalho formal da Bahia nas 33 classes do CNAE 2.0 que compõem as ocupações culturais 2009-2019**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS 2009-2019

Percebe-se através do gráfico acima que a dinâmica do emprego formal no setor cultural se manteve baixa ao longo do período, porém seguindo em uma trajetória crescente. Entre 2009 e 2019, houve um crescimento na geração de emprego em 75%, sendo 2019 o ano em que mais pessoas estavam empregadas formalmente, quando juntas, as 33 classes empregavam 19.259 pessoas, frente a 11.005 pessoas empregadas formalmente em 2009. No período analisado nota-se uma trajetória crescente do emprego até 2012, com ligeira queda em 2013 e com mudanças pouco expressivas no quadro geral até 2017. Em regra, em 2017 atinge-se o menor valor da

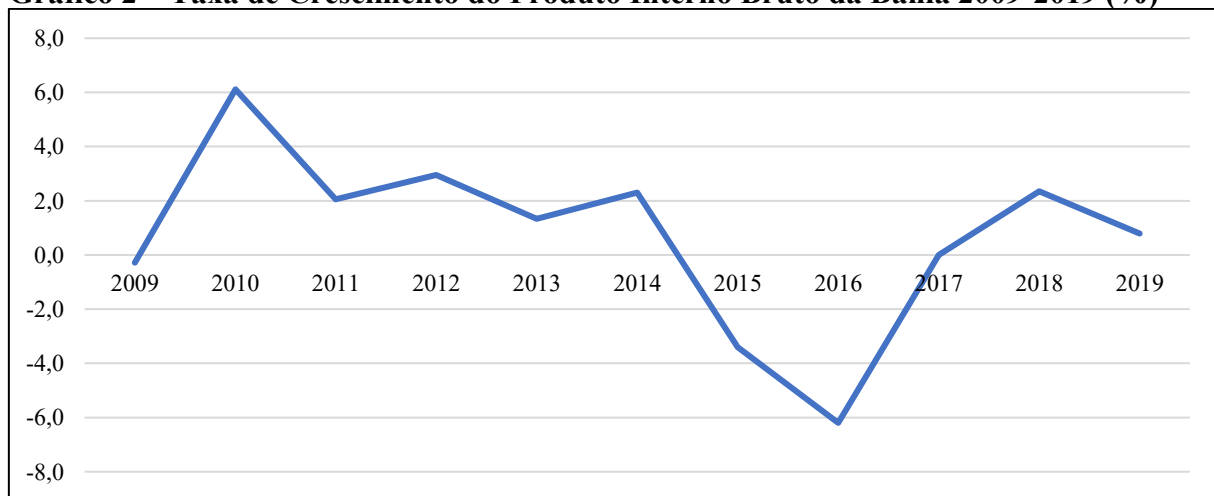


série, desde 2011, com significativa recuperação a partir de 2018 e seguindo a tendência inicial de crescimento.

Conforme argumentam Saboia, Gomes e Neves (2020), os resultados do mercado de trabalho tendem a acompanhar os resultados do PIB, evidenciando uma forte correlação entre essas duas variáveis. Os autores exemplificam essa correlação com o ocorrido no mercado de trabalho brasileiro durante o biênio 2015/2016, quando o PIB acumulou uma queda de 6,8%, resultando em uma redução de 3 milhões de empregos. No entanto, em relação às classes culturais na Bahia, a correlação PIB-emprego não se confirmou durante o período 2010-2012. Nesse intervalo, embora o Brasil apresentasse um crescimento positivo, estava passando por uma desaceleração significativa, o que se refletiu em uma queda na criação de empregos. Contrariamente, foi possível perceber, que no agregado das 33 classes culturais analisadas na Bahia, houve um aumento considerável no número de ocupados formalmente nesse período, não seguindo a tendência nacional.

Observando essa relação com o PIB estadual, verifica-se a mesma tendência quando se compara o comportamento do emprego nas classes culturais com o PIB nacional. Conforme dados da SEI sobre o PIB estadual anual, a partir de 2010 o PIB baiano tem redução significativa, com leve crescimento nos períodos 2011-2012 e 2013-2014, atingindo crescimento negativo em 2015 e 2016; e crescimento zero em 2017. É possível perceber que o mercado de trabalho cultural analisado seguiu a tendência de queda do PIB estadual 2012-2013 e 2015-2016, porém percebe-se queda bastante sutil, enquanto o PIB teve queda bastante acentuada, conforme o Gráfico 2 abaixo.

**Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto da Bahia 2009-2019 (%)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEI

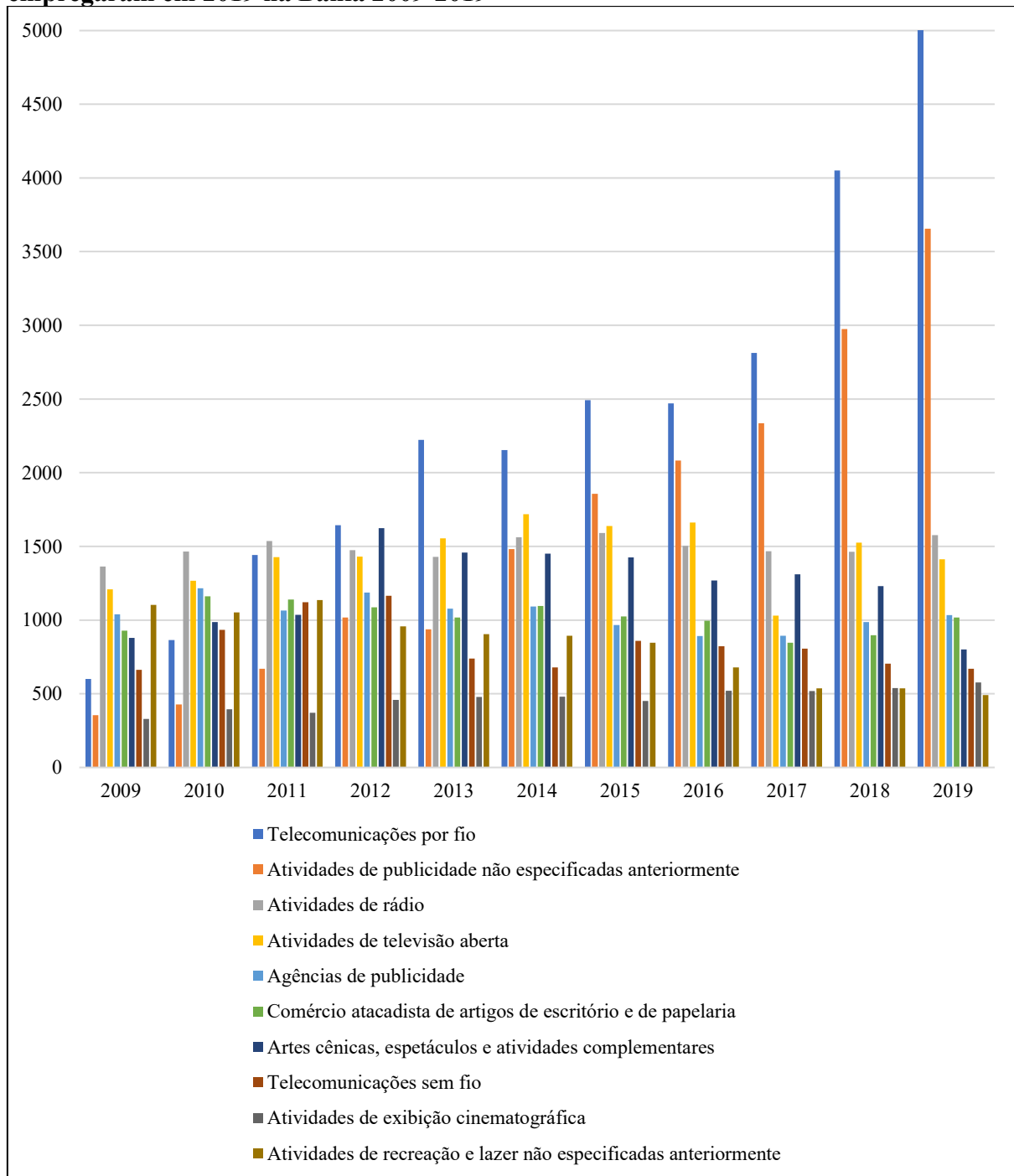


Verifica-se a seguir o desenvolvimento dessas classes, em relação ao número absoluto de ocupados formais. Para simplificar o entendimento foram selecionadas, a partir da organização dos dados, dez classes do CNAE 2.0 que mais empregaram em 2019 e que, direta ou indiretamente, são pertencentes ao segmento cultural buscando compreender a evolução das mesmas entre 2009 e 2019, tal como se expressa no Gráfico 3 abaixo.





**Gráfico 3 – Evolução do número de ocupados formais nas classes do CNAE 2.0 que mais empregaram em 2019 na Bahia 2009-2019**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS 2009-2019

As classes escolhidas foram: Telecomunicações por fio; Atividades de publicidade não especificadas anteriormente; Atividades de rádio; Atividades de televisão aberta; Agências de publicidade; Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; Artes cênicas,



espetáculos e atividades complementares; Telecomunicações sem fio; Atividades de exibição cinematográfica; Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente.

A partir da análise do Gráfico 3, é possível perceber que a classe “Telecomunicações por fio” obteve um crescimento muito significativo ao longo da série, fruto do que se pode considerar como expansão do acesso as mídias digitais com a tecnologia de smartphones. Até 2012 as “Atividades de rádio” eram as que mais empregavam, apresentando um comportamento pouco expressivo depois deste período, embora encerre em 2019 com um leve crescimento. Vale ressaltar também o crescimento exponencial da classe “Atividades de publicidade não especificadas anteriormente”, superior a 1000%, saindo de 354 para 3.655 pessoas ocupadas formalmente em 2009 e 2019, respectivamente.

Em termos percentuais de crescimento, outras classes que merecem destaque são “Atividades de exibição cinematográfica”, “Atividades de televisão aberta” o primeiro deteve um crescimento que representou cerca de 74,5%, saltando de 330 para 576 ocupados. O segundo demonstrou um crescimento de 16,8%, com um comportamento muito peculiar, pois esteve em uma trajetória expressiva de crescimento até 2014, oscilando até 2017 a partir de onde passou a ter uma queda significativa, com uma recuperação no período seguinte que o colocou com a mesma projeção anterior a 2013. A classe “Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares” também apresentou um comportamento bastante peculiar. Entre 2009 e 2012 houve um aquecimento do mercado de trabalho, destacando-se o último ano, quando a classe apresentou um crescimento cerca de 85% no número de ocupados formalmente. Todavia, a partir deste momento, o número de ocupados passou a cair progressivamente, alcançando seu pior valor absoluto em 2019, onde expressava uma taxa negativa de 50,6%, em relação ao melhor valor da série (2012) e de 8,9%, em relação a 2009.

A análise das classes consideradas, permite perceber que houve um crescimento no número de trabalhadores na análise geral das classes culturais, apesar da redução dos investimentos públicos no setor entre 2011 e 2019, já demonstrado anteriormente. Isso indica que o crescimento poderia ter sido ainda mais significativo se houvesse maiores investimentos na área, dado o grande potencial do mercado cultural na Bahia. Em particular, vê-se nos dados a ampliação significativa deste mercado atrelado ao universo digital por oposição ao de base material.

Salienta-se também que, em 2009, o Brasil ainda vivenciava um período de valorização pública da cultura e suas diversas manifestações. Naquele contexto, a Bahia se alinhou a tendência com as medidas discutidas nas sessões anteriores refletindo no seu mercado de trabalho. Outro ponto relevante é a confirmação da correlação entre o mercado de trabalho e o PIB, como observado por Saboia, Gomes e Neves (2020), esse vínculo pode ser percebido no comportamento do mercado de trabalho nas classes culturais da Bahia, que acompanhou em alguns períodos o movimento do PIB nacional e estadual, especialmente a partir de 2015, com o agravamento da crise política e econômica.

A análise dos gastos estaduais com cultura, com base nos dados do SIIC (2019), revela uma trajetória de crescimento até 2015, quando os investimentos atingiram R\$ 221,98 milhões, entrando em uma trajetória de redução significativa, chegando a **R\$ 164,37 milhões em 2019**. Vale aslentar que a Bahia, até 2019, manteve-se como o estado do Nordeste que mais investia em cultura, no entanto, com a redução dos investimentos, começou a perder espaço para o Ceará, que vem aumentando seu investimento público no setor. Dessa forma, entre 2017 e 2019, o aumento do número de trabalhadores ocupados nas 33 classes culturais indica um potencial de expansão que poderia ter sido ainda mais expressivo caso estivesse acompanhado de investimentos públicos mais robustos, demonstrando que a desaceleração nos gastos pode ter limitado esse crescimento.

Esse trabalho analisou 33 classes do CNAE 2.0, consideradas pelo SIIC, mas com associação mais direta com a produção, divulgação e distribuição cultural e artística, dessa forma, contrastando os dados apresentados com os dados do SIIC (2019), do qual, em 2017, haviam 40.451 pessoas ocupadas assalariadas no mercado formal cultural da Bahia, nota-se que as 33 classes analisadas juntas ocupavam 15.044 pessoas, em 2017, representando 37,2% dos ocupados formalmente na cultura. Essa discrepância se deve ao fato do SIIC ter considerado um número maior de classes do CNAE 2.0, totalizando 72 atividades classificadas como culturais, divididas em diretamente e indiretamente relacionadas à cultura, sendo as atividades indiretamente relacionadas mais associadas ao setor tecnológico. Percebe-se, portanto, que as atividades mais correlacionadas com a cultura, possui uma representatividade menor no número de pessoas ocupadas formalmente (37,2%), o que indica a necessidade de políticas mais direcionadas para essas atividades, que, apesar do potencial, empregam menos do que atividades culturais mais ligadas à tecnologia.

É importante ressaltar que os dados apresentados não refletem com precisão a realidade do mercado de trabalho cultural. Segundo Spinola (2018), grande parte das ocupações que compõem a Economia da Cultura, especialmente em países pobres, ocorre na informalidade, o que, conseqüentemente, dificulta a coleta de dados precisos e a elaboração de políticas públicas eficazes para o setor. Ainda assim, a análise desse estudo sugere um esforço em examinar a mensuração de dados da cultura, percebendo a importância das políticas públicas, para estimular a iniciativa privada, os produtores e os gestores culturais, buscando aproveitar-se das potencialidades que o setor expressa na Bahia, na geração de emprego e renda e no fortalecimento do mercado de trabalho formal no estado. Mas, evidencia também, a importância de políticas públicas que levem em consideração a cultura além de seu aspecto sociológico, para não limitar sua concepção, que é, essencialmente, pluralista.

#### 4. Considerações finais

A cultura representa um fenômeno intrínseco ao tecido social, refletindo valores, costumes e o estilo de vida de uma sociedade, e evidenciando seu grau de desenvolvimento. Por sua natureza abrangente e sua presença nas múltiplas relações humanas, o termo cultura se difundiu por diversas áreas do conhecimento ao longo do tempo, estabelecendo conexões com disciplinas como biologia, filosofia, antropologia e economia. Na economia, a cultura se relaciona, de maneira geral, influenciando o modo de produção de bens daquela sociedade e, conseqüentemente, ditando padrões e hábitos de consumo. No âmbito das políticas públicas, a ação governamental direcionada à cultura é fundamental para promover a diversidade e a riqueza cultural, buscando democratizar o acesso às manifestações artísticas, além da preservação do patrimônio histórico. Tais políticas contribuem para o desenvolvimento econômico através da indústria cultural, por exemplo, além de proporcionar oportunidades de produção cultural para diferentes grupos sociais, suscitando também, a cidadania.

Buscou-se com esse estudo fazer um levantamento teórico e histórico-bibliográfico, com intuito de delinear a dinâmica das políticas culturais para a constituição de um mercado de trabalho nesse segmento no estado da Bahia. Para isso, analisou-se os setores que compõem o segmento cultural, escolhendo 33 classes do CNAE, tendo como referência o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) do IBGE. Ao longo do trabalho, foram salientados os desafios que permeiam o âmbito da cultura já pelas dimensões que o termo propõe. Ao

discutir políticas públicas, a cultura em sua dimensão sociológica é priorizada em detrimento da antropológica, pois engloba as demandas profissionais, institucionais e políticas, entendendo a cultura, nesse contexto, essencialmente, como atividade econômica, facilitando planejar intervenções e prever possíveis resultados. Além disso, vale ressaltar que por muito tempo a cultura não foi levada em consideração nas discussões sobre desenvolvimento econômico, não sendo priorizada nas políticas públicas. Esse fato fica evidenciado pela forma como o segmento cultural se desenvolveu na Bahia, pois embora tenha ocorrido alguns movimentos importantes antes dos anos 1990 em seu benefício, demonstravam ser pouco efetivos em termos de consolidação do setor. A partir da primeira metade dos anos 1990, Antônio Carlos Magalhães, eleito governador do estado pela terceira vez, inaugurou uma nova tendência, unindo cultura e turismo em uma única pasta no âmbito da administração pública. Esse movimento, apesar de trazer aspectos positivos, pois colocou a cultura no centro do debate sobre desenvolvimento, subjugou-a, na medida em que passou a ser reduzida apenas aos interesses comerciais para fortalecer o turismo, desconsiderando suas particularidades e potencialidades.

Dessa forma, desde 2007, com o início da gestão Jaques Wagner, frente ao governo do estado, a pasta da cultura foi separada do turismo, o que permitiu que as políticas públicas e de financiamento da cultura, fossem mais direcionadas ao setor. Assim, observou-se no presente estudo os reflexos dessas políticas na dinâmica do mercado de trabalho cultural formal da Bahia, delimitado a partir dos setores culturais considerados pelo SIIC 2009-2020, as classes do CNAE 2.0 mais diretamente ligadas à cultura. Com isto, a pesquisa revelou que em 2019, 19.259 pessoas estavam formalmente empregadas nas 33 classes culturais consideradas, demonstrando crescimento em relação a 2009, do qual 11.005 pessoas encontravam-se empregadas no agregado das classes observadas.

Observando a dinâmica do emprego nas classes durante todo o período, notou-se um crescimento no número de ocupados entre 2009 e 2015, com um leve decréscimo em 2013. Percebe-se de maneira geral, que o segmento acompanhou o movimento do mercado de trabalho do país e que, depois de 2015, com o agravamento da crise política e econômica brasileira, o número de empregados passou a cair. Vale ressaltar a significativa recuperação que o agregado das classes demonstrou a partir de 2018, atingindo o melhor valor da série, em 2019. Durante o período analisado, as classes “Atividades de rádio” e “Atividades de televisão aberta” seguiram se destacando em número de ocupados, ressaltando também, as classes

“Telecomunicações por fio”, “Atividades de publicidade não especificadas anteriormente” e “Atividades de exibição cinematográfica” pelo crescimento expressivo ao longo do período 2009-2019.

Assim, com base no levantamento de dados e na análise desenvolvida, constatou-se que o setor cultural gera impactos para o mercado de trabalho na Bahia, estabelecendo-se como um segmento importante e com grande potencial de crescimento. A Bahia destaca-se por seus fortes elementos culturais e históricos, abrigando uma gastronomia rica, um setor audiovisual e artístico latente, além de ser sede de um dos maiores eventos populares do mundo, o carnaval. Levando em conta as potencialidades do setor cultural para a economia da Bahia, por apresentar um setor audiovisual, publicitário e artístico aquecido, nota-se possibilidades de avanços em relação a geração de emprego e renda nos segmentos culturais. Ao mesmo tempo em que é irrefutável a dificuldade em mensurar dados nesse setor, devido ao nível de informalidade dos trabalhadores culturais. Fato que permanece como desafio para a construção de indicadores, a partir de metodologias específicas para o setor cultural que possui dados dispersos, gerando dificuldades na mensuração do desenvolvimento econômico real das atividades culturais.

Percebe-se, a partir dos dados da RAIS, que há uma discrepância significativa nos dados da cultura provenientes de outras fontes. Isso se dá devido a divergência de metodologia na coleta de dados de institutos de pesquisa como o IBGE e a SEI, por não haver uma sistematização no delineamento dos setores que compõem a cultura. São metodologias específicas, mas com a mesma função quando buscamos denotar o cenário do mercado de trabalho baiano, pois possibilitam a realização de estimativas sobre o setor cultural para, entre outras utilidades, auxiliar no planejamento estatal. Vale ressaltar que é preciso ir além dos números e da leitura estrita ao campo econômico quando se analisa o segmento cultural, pois é indispensável uma percepção mais global e pluralista sobre o investimento público e a ação pública direcionada.

Em linhas gerais, faz-se imprescindível dispor esforços para uma maior dinamização do setor, para possibilitar que a produção cultural ao longo do vasto e plural território baiano, além de democratizar o acesso à cultura, fomenta as atividades, setores e os artistas regionais. Salienta-se, para tanto, a necessidade do aumento do investimento público, que vem diminuindo, neste que pode ser considerado como um setor estratégico para a Bahia, com potencial para se destacar em maior grau como um eixo de desenvolvimento. Faz-se necessário



ainda, ampliar as pesquisas na área, podendo-se utilizar dos recursos econométricos para avaliar as políticas públicas vigentes, auxiliando na construção de uma agenda de políticas públicas culturais eficientes, eficazes e efetivas, sugerindo quais os melhores rumos a tomar para o crescimento do emprego formal no setor. Tudo isto, sem deixar de considerar as particularidades da cultura em seus aspectos regionais, seja mesmo como impulsionadora do turismo, mas, sobretudo, como geradora de uma identidade coletiva em benefício da sociedade baiana e brasileira.

## Referências

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Bahia: setenta anos do enigma baiano ao desafio do crescimento com distribuição de renda: futuro transformado, presente pujante, passado estruturador. *In*: PESSOTI, Gustavo Casseb (Org.). **A economia baiana em análise retrospectiva e perspectiva**. Salvador: CORECON-BA, 2015

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000**. Salvador: Setre, 2013.68 p. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/A-Informalidade-no-Mercado-de-Trabalho-da-Bahia-nos-anos-2000\\_2013.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/A-Informalidade-no-Mercado-de-Trabalho-da-Bahia-nos-anos-2000_2013.pdf). Acesso em: 02 fev. 2024.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, ed. 2, p. 73-84, abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: [https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/login.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/login.php). Acesso em: 04 fev. 2024.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?”: Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CARVALHO, André Luiz Piva de; NÓBREGA, Zulmira Silva. Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura. *In*: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide (Orgs.). **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campo Grande, EDUEPB, 2012. 240 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em 15 fev. 2024.



DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência de renová-la.** São Paulo: DIEESE, abr. 2019. (Nota técnica, 205). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO DILMA E A CRISE ECONÔMICA. In: Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. **Anais...** Campinas (SP) IE-UNICAMP, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/akb/53521-A-POLITICA-FISCAL-DO-GOVERNO-DILMA-E-A-CRISE-ECONOMICA>. Acesso em: 08 jan. 2025

GOTTSCHALL, Carlota. **Setor criativo na Bahia tem no entretenimento a sua principal força.** Salvador: SEI, Textos para Discussão, vol. 32, 2022. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim\\_cultura/pdf/texto\\_discussao\\_32.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim_cultura/pdf/texto_discussao_32.pdf). Acesso em 09 mai. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais: 2007-2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101687.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais: 2009-2020.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101893\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101893_informativo.pdf). Acesso em: 07 out. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico.** 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: <https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/05/cultura-um-conceito-antropologico.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, Carmen Lúcia Castro. Cultura como vetor de desenvolvimento: algumas considerações para o estado da Bahia. **BA&D: Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, ed. 2, p. 99-122, jul.-dez. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanalisedados/article/view/148>. Acesso em: 02 fev. 2024.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. Políticas culturais na Bahia: panorama histórico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] [S. l.]: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_HanayanaBrand%C3%A3oGuimaraesFontesLima\\_Políticas\\_culturais\\_na\\_Bahia.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_HanayanaBrand%C3%A3oGuimaraesFontesLima_Políticas_culturais_na_Bahia.pdf). Acesso em: 7 abr. 2024.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas culturais na Bahia: gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009).** Orientador: Dr. Antônio Albino Canelas Rubim. 2011. 239 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011b. Disponível em:



[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18155/1/disserta%  
f. Acesso em: 30 mar. 2024.](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18155/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20Hanayana.pdf)

MACHADO, Mario Brockmann. Notas sobre política cultural no Brasil. In: Sergio Miceli, org., **Estado e Cultura no Brasil**, São Paulo, Difel - Difusão Editorial, 1984. Disponível em: [http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-  
n/FCRB\\_MarioBrockmannMachado\\_Notas\\_politicas\\_cultural\\_Brasil.pdf](http://antigo.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_MarioBrockmannMachado_Notas_politicas_cultural_Brasil.pdf). Acesso em: 04 abr. 2024.

MENEZES, Vladson. Bahia: uma economia em transição. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10, n.3, p.74-83, dez. 2000.

MESQUITA, Ana Cleusa Serra. O comportamento do emprego formal qualificado na Bahia entre 1994-2003. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 15, n. 2-3, p. 227-239, set./dez. 2005. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/a&d\\_retros2005.zip](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/a&d_retros2005.zip). Acesso em 13 fev. 2024.

MIGUEZ, Paulo; LOIOLA, Elizabeth (Orgs.). Diagnóstico do audiovisual baiano. In: SECULTBA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Infocultura** - Economia da audiovisual na Bahia e no Brasil: estudos e reflexões. Salvador, v. 2, n. 5, p. 80-116, nov./2010. Disponível em: [http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Miolo\\_Infocultura\\_n\\_05\\_web.pdf](http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Miolo_Infocultura_n_05_web.pdf). Acesso em: 30 mar. 2024.

PORTA, Paula. **Economia da Cultura**: um setor estratégico para o país. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7275/1/592.%20texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RODRIGUES, Flávia Santana. O mercado de trabalho da Bahia segundo a ótica da desigualdade de rendimentos. **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador, n. 78, p. 69-89, 2008. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep\\_78.zip](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_78.zip). Acesso em: 13 fev. 2024.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais na Bahia Contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15952/1/POLITICAS\\_CULTURAIS\\_BAHIA.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15952/1/POLITICAS_CULTURAIS_BAHIA.pdf). Acesso em: 30 mar. 2024.

SABOIA, João; GOMES, Gustavo; NEVES, Fernanda Baeta. **Evolução da geração de empregos formais no Brasil no período 2004/2019 segundo grandes grupos e subgrupos principais**: um enfoque ocupacional. Rio de Janeiro: UFRJ, Texto para Discussão, vol.034, 2020. Disponível em: [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD\\_IE\\_034\\_2020\\_SABOIA\\_GOMES\\_NEVES.p  
df](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_034_2020_SABOIA_GOMES_NEVES.pdf). Acesso em: 11 nov. 2023.





SANTOS, Davidson de Magalhães; PEREIRA, Érico Rodrigo Mineiro; SOUZA, Laumar Neves de. As políticas econômicas brasileiras de 2003 a 2019 e o mercado de trabalho da Bahia. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador, n. 200, p. 43-59, jan./jun. 2021. Disponível em: [https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/issue/view/27/C%26P%20200?secao=&numero=200&id=27&revista=jan./jun.2021&ilustracao=https://publicacoes.sei.ba.gov.br/public/journals/3/cover\\_issue\\_27\\_pt\\_BR.png](https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/issue/view/27/C%26P%20200?secao=&numero=200&id=27&revista=jan./jun.2021&ilustracao=https://publicacoes.sei.ba.gov.br/public/journals/3/cover_issue_27_pt_BR.png). Acesso em: 02 nov. 2023.

SECULTBA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Bahia Criativa**. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57s>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SECULTBA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Economia da Cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SECULTBA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. **Políticas culturais na Bahia: 2007-2014**. Salvador, 2014. Disponível em: [http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/LIVRETO\\_SECULT.pdf](http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/LIVRETO_SECULT.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Boletim de conjuntura mercado de trabalho: 4º trimestre de 2017**. Salvador, v. 4, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/boletim\\_conjuntura/sumario\\_4tri\\_2017.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/boletim_conjuntura/sumario_4tri_2017.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Boletim de conjuntura mercado de trabalho: 4º trimestre de 2018**. Salvador, v. 5, n. 4, mar. 2019. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/boletim\\_conjuntura/sumario\\_4tri\\_2018.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/boletim_conjuntura/sumario_4tri_2018.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Boletim economia criativa na Bahia 2021**. Salvador: SEI, 2021. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim\\_cultura/pdf/boletim\\_econ\\_criativa\\_bahia\\_2021.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim_cultura/pdf/boletim_econ_criativa_bahia_2021.pdf). Acesso em: 08 jan. 2025

SILVA FILHO, Luís Abel da Silva; QUEIROZ, Silvana Nunes de; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Mercado de trabalho, desemprego e discriminação: Bahia 2001-2008. **Economia e Tecnologia**. Paraná, v. 8, n. 2, p. 91-102, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28173>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SOUSA FILHO, José Firmino de; *et al.* Análise setorial da produtividade do fator trabalho na Bahia a partir dos anos 2000. **Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p.





324-342, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-analise-setorial-da-productividade-do-fator-trabalho-na-bahia-a-partir-dos-anos-2000.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SOUZA, Laumar Neves de. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS**. Orientadora: Dra. Iracema Brandão Guimarães. 2007. 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11352/1/Tese%20Laumar%20Souzaseg.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

32

SOUZA, Laumar Neves de; OLIVEIRA, Tiago. De previdente a imprevidente: notas para melhor compreender a reforma da previdência no Brasil. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 739 -749, dez. 2003. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/retrospectiva\\_2003.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/retrospectiva_2003.pdf). Acesso em: 13 fev. 2024.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Raízes: A contribuição portuguesa na formação da cultura brasileira**. Salvador-Lisboa: UNIFACS, 2018.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. Disponível em: <https://dennisdeoliveira.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/10/thompson-ideologia-e-cultura-moderna.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

VIEIRA, Mariella Pitombo. Política cultural na Bahia: uma abordagem sobre concepções e modos de intervenção do Estado no campo da cultura (1995-2002). **Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, vol. 7, n. 12, p. 111-120, mar/2006. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/482/527>. Acesso em: 19 mar. 2024.

VIRGENS, André Ricardo Araujo. Financiamento público ao setor audiovisual na Bahia – 2008 a 2018. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 17., 2021, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132386.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

---

Recebido: 16 de dezembro de 2025

Aprovado: 28 de dezembro de 2025



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

